



Câmara analisa urgência para regulamentar a aposentadoria especial

O deputado Alberto Fraga (PL/DF) apresentou requerimento de urgência para acelerar a votação do **PLP 42/2023**, que regulamenta a aposentadoria especial no INSS.

Desde a Reforma da Previdência de 2019, a Constituição exige uma **lei complementar** para definir os critérios da aposentadoria especial, o que ainda não foi feito. Com isso, trabalhadores expostos a agentes nocivos seguem enfrentando **insegurança jurídica** e dificuldades para comprovar o direito.

Exemplos simples: o que muda com a regulamentação

- **Hoje:** A Constituição prevê a aposentadoria especial, mas falta a lei complementar que detalhe os critérios. Isso gera dúvidas sobre quais atividades são consideradas especiais, quais documentos são aceitos e como comprovar a exposição a agentes nocivos.
- **Com o PLP 42/2023:** O projeto estabelece regras claras: define quais atividades são enquadradas como especiais, quais agentes nocivos são reconhecidos, quais documentos devem ser apresentados e como será calculado o benefício. Isso traz **segurança jurídica**, padronização e previsibilidade para o trabalhador.

A AMBEP acompanha o tema por entender que medidas que ampliam a proteção previdenciária e fortalecem a segurança jurídica são essenciais para os trabalhadores brasileiros.

Governança dos Fundos de Pensão e Aposentadoria Especial em Debate no Congresso e na PREVIC



ANAPAR e PREVIC discutem afastamento de dirigentes eleitos nas EFPC

A ANAPAR se reuniu com a PREVIC para tratar de um problema que vem ocorrendo em diversos fundos de pensão: o afastamento de dirigentes eleitos **sem justificativas consistentes, sem transparência e sem garantia de defesa**.

A PREVIC reconheceu a gravidade da situação e informou que emitirá orientação formal às entidades, reforçando a necessidade de **devido processo legal, contraditório e ampla defesa**.

A AMBEP vê esse movimento com **preocupação crescente**. Alterações arbitrárias na composição de conselhos e diretorias eleitas fragilizam a governança, reduzem a participação democrática dos trabalhadores e podem comprometer decisões que impactam diretamente os participantes e assistidos.

A Associação reforça que **a estabilidade dos representantes eleitos é essencial** para garantir fiscalização, equilíbrio e transparência na gestão dos fundos de pensão.



A AMBEP reafirma sua defesa da boa governança, da participação democrática e da proteção dos direitos dos trabalhadores nos fundos de pensão.

A estabilidade dos representantes eleitos e a transparência nos processos internos são pilares fundamentais para garantir segurança aos participantes e assistidos.